

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1468/XIV/3ª

PLANEAR A RECONVERSÃO AMBIENTAL DA REFINARIA DE MATOSINHOS E ENVOLVER A POPULAÇÃO LOCAL

Todo o processo em torno do encerramento da refinaria de Matosinhos tem sido caracterizado por ausência de planeamento e por descoordenação entre entidades, ignorando as perspetivas e interesses da população local. Num momento em que se discute o futuro daquele território é fundamental assegurar o seu envolvimento ativo.

No final de dezembro de 2020, a GALP comunicava o encerramento da refinaria de Matosinhos. O Ministro do Ambiente e Ação Climática informava em sede de audição parlamentar ter sido apenas informado da decisão na véspera, sem papel ativo na decisão estratégica. A posição do Estado português, apesar da sua participação de 7% no capital da GALP, não foi tida na devida consideração.

Nos meses seguintes, o governo foi assumindo perspetivas contraditórias sobre este caso, numa ocasiões louvando a relevância ambiental do encerramento numa lógica de descarbonização, para noutras se referir às preocupações sociais com os trabalhadores ou até para prometer financiamentos ao abrigo dos fundos europeus.

Contudo, os conflitos institucionais foram ficando visíveis e a 20 de setembro de 2021, em declarações públicas, o senhor Primeiro-Ministro prometia uma “lição exemplar” à GALP face à ausência de responsabilidade social e ambiental, inclusivamente ao nível dos solos contaminados, legado de décadas de atividades industriais. De referir que neste domínio, o próprio governo manteve sem publicar, durante mais de seis anos, o diploma PROSOLOS que devia definir o regime jurídico para Prevenção da Contaminação e Remediação dos Solos. Se o Estado dispõe de instrumentos pouco adequados para garantir a aplicação do princípio do poluidor-pagador e para proteger as populações deve-o à irresponsabilidade governativa.

Foi noticiado a 1 de outubro de 2021 (Jornal Expresso) que a GALP terá iniciado uma nova etapa do processo de descomissionamento, desmantelamento e descontaminação dos terrenos da refinaria, incluindo colocação de pontos de amostragem para recolha de informação. Foi referido o prazo de 4 meses para que esta avaliação seja conduzida, possibilitando posteriormente a decisão sobre as utilizações a dar ao território. Contudo, a própria empresa alertou que os trabalhos de descontaminação demorarão anos. Estas reações surgem em resposta à pressão política e mediática, devendo ser apresentado no Ministério do Ambiente e Ação Climática um plano e um cronograma sobre esta matéria. De referir que só com base nestes estes elementos poderá existir fundamento para uma reconversão do espaço.

Ao longo dos meses foram sendo divulgadas expetativas e hipóteses para o futuro do território. A determinado momento foi levantado o cenário de construção de uma refinaria de lítio, o que acabou por gerar polémica e até oposição à ideia. Por sua vez, a Câmara Municipal de Matosinhos veio propor a criação de um Centro Tecnológico da Energia e do Mar numa parcela do terreno. Têm também surgindo interesses imobiliários e turísticos face ao contexto geográfico, apesar das condicionantes existentes no PDM.

Importa ainda não esquecer que foram extintos postos de trabalho e que a prometida reconversão profissional estará também desalinhada face ao restante processo de transformação do território e de criação de novas atividades locais. O governo prometeu a aplicação de verbas provenientes do Fundo para uma Transição Justa mas, na realidade, pouco se conhece sobre as prioridades de intervenção a financiar.

De acordo com as regras comunitárias, os Estados devem apresentar Planos Territoriais para uma Transição Justa que definem os territórios onde o Fundo será usado. A identificação desses territórios será realizada em diálogo com a Comissão. Esses planos identificam os desafios de cada território, bem como as necessidades e os objetivos de desenvolvimento que devem ser alcançados até 2030. Identificam os tipos de operações possíveis e especificam os mecanismos de governação. É a aprovação dos Planos Territoriais que dá início ao processo de financiamento. Desconhece-se ainda o que está previsto para o caso de Matosinhos, apesar de a Câmara Municipal ter já criado um gabinete técnico para uma futura aplicação.

Todos estes aspetos estão relacionados e devem ser devidamente articulados a um nível supramunicipal. A escala deste caso justifica um maior esforço de planeamento e coordenação regional dada a relevância económica, o número de trabalhadores afetados, a área das instalações, bem como a sua importância para a região Norte do país. Deixar este dossier “ao acaso”, permitir que as “irresponsabilidades” e os conflitos institucionais se acentuem, é um erro estratégico que deve ser corrigido.

Em suma, todo este processo tem sido profundamente errático, especulativo e prejudicial para o desenvolvimento sustentável de Matosinhos. É mais do que evidente a ausência de planeamento, de liderança e de envolvimento das populações locais, meros espetadores neste processo.

Assim, vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, nos termos da Constituição e do Regimento da Assembleia da República, recomendar ao Governo que:

1. Incumba a CCDR-Norte de criar um grupo de trabalho sobre a reconversão da refinaria de Matosinhos, assegurando a articulação de aspetos municipais e regionais, fomentando o diálogo entre agentes públicos e privados, identificando possibilidades de financiamento para intervenções conexas.
2. Prepare o Plano Territorial para uma Transição Justa em Matosinhos que está previsto ao abrigo do respetivo Fundo, assegurando a participação da população na definição de estratégias e ações a serem financiadas.
3. Exija à GALP transparência no diagnóstico da situação de referência em matéria de solos contaminados nos terrenos da antiga refinaria, solicitando a divulgação pública dos relatórios, dos cronogramas e de outras informações relevantes para que a população e os agentes regionais conheçam o processo e a sua evolução.
4. Assegure que o processo de reconversão profissional dos trabalhadores da antiga refinaria está alinhado com os projetos de reabilitação do território e futuras atividades a instalar.



Assembleia da República, 7 de outubro de 2021

As/Os Deputadas/os do PSD

Luís Leite Ramos
Catarina Rocha Ferreira
Bruno Coimbra
Alberto Machado
Hugo Carvalho
Hugo Oliveira
José Cancela Moura
Maria Germana Rocha
Afonso Oliveira
Álvaro Almeida
Sofia Matos
Alberto Fonseca
Paulo Rios de Oliveira
Carla Barros
Hugo Carneiro
António Cunha
Márcia Passos
Paulo Leitão
João Moura
Nuno Carvalho
Hugo Oliveira
Rui Cristina
António Maló de Abreu
António Lima Costa
Emídio Guerreiro
Filipa Roseta
João Marques
José Silvano
Pedro Pinto